

ILMA. SR.^a PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGSS, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO.

Instrumento De Chamamento Público Nº 07/2024-SES/GO

Processo: 202300010023460

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente qualificado como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0001-33, com sede na Rua das Hortênsias, n.º 668, 5º andar, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-010, representado por seu Superintendente, Sr. Joel Sobral de Andrade, através de sua gerente de licitações, Sra. Priscila Oliveira de Almeida Souza, e-mails: licitacao.matriz@igh.org.br e priscila.souza@igh.org.br, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, “a”, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 165, I, no Decreto nº 10.356, de 8 de dezembro de 2023, mais precisamente o artigo 5º, § 8º e demais dispositivos legais pertinentes à matéria e, ainda, com fulcro no item 11.3 do Edital (fl. 07), vem, perante Ilma. Sr.^a, **interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Resultado preliminar do Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO**, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde nas unidades **Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento - HEMU**, localizado na Avenida Perimetral com a Rua R-7, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74125-120; e **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL**, localizado na Rua 230, Quadra 709, S/N, Vila Nova, Goiânia - GO, CEP 74640-210., proferido por essa ilustre comissão no âmbito do certame tombado sob o número em epígrafe, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, cumpre ressaltar que o presente recurso é devidamente tempestivo e encontra amparo na legislação vigente, consoante restará demonstrado.

Compulsando-se os autos do processo, verifica-se que a decisão ora atacada foi veiculada no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde no dia 25/03/2025, iniciando-se a contagem do prazo, no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 26/03/2025.

Neste esteio, considerando a previsão editalícia para interposição de recurso de 03 (três) dias úteis – contida no item 11.3 do Edital (fl. 07), tem-se por *dies ad quem* 28/03/2025. Perfaz-se tempestivo, portanto, o presente apelo.

2. DA SÍNTESE DO PROCESSO

O Estado de Goiás, através da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde – CICGSS - SES/GO, está promovendo o presente certame, por meio de Chamamento Público - tipo melhor técnica, com vistas a selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde nas unidades **Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento - HEMU**, localizado na Avenida Perimetral com a Rua R-7, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74125-120; e **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL**, localizado na Rua 230, Quadra 709, S/N, Vila Nova, Goiânia - GO, CEP 74640-210. Credenciaram-se para participar do chamamento 06 (seis) entidades.

Em 20/01/2025 foi realizada a sessão de entrega dos envelopes nº 01 – Propostas Técnicas e envelopes nº 02 - Habilitações e, ato contínuo, abertura dos envelopes de nº 01 dos concorrentes, sendo informado pela comissão que a notificação do resultado seria divulgada no sítio eletrônico da SES/GO.

Após a análise dos documentos apresentados, a Comissão Interna proferiu a publicação do julgamento no sítio eletrônico da SES/GO em 25/03/2025 e, numa decisão manifestamente equivocada, data maxima venia, pontuou o Instituto de Gestão e Humanização com apenas 2º INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO NT= **30,78** - (FA1 - 15,35 ; FA2 - 19,70 ; FA3 - 50,65), o que levou o IGH a 2º lugar na classificação do certame.

Foram declaradas classificadas o **1º HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS NT= 33,06** - (FA1 -18,30 ; FA2 -15,70 ; FA3 - 57,15), **2º INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO NT= 30,78** - (FA1 - 15,35 ; FA2 - 19,70 ; FA3 - 50,65), **3º INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE NT= 30,59** - (FA1 -17,45 ; FA2 -18,10; FA3 - 49,80), **4º FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NT= 28,02**- (FA1 -18,35 ; FA2 -18,53 ; FA3 - 42,40), **5º ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NT= 26,14**- (FA1 - 16,15 ; FA2 -18,45 ; FA3 -39,40) e o **6º INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE NT= 26,13**- (FA1 - 12,20; FA2 -16,75 ; FA3 - 43,60).

Irresignado com a situação, vem o IGH, perante essa respeitosa comissão, interpor o presente recurso administrativo, baseado nas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS:

3.1. QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA DO IGH - HEMNSL:

3.1.1. Item: Proposta para estabelecimento de Normas para seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular a produção.

A comissão informa que o item em questão não foi localizado na proposta. Contudo, ressaltamos que, conforme o índice, o referido item consta no Anexo 7 – Regulamento de Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento, presente nas páginas 3153 a 3192 da proposta do IGH.

Destacamos que, no item em questão, foi anexado o Regulamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal do IGH, aprovado pela SES e devidamente publicado no Diário Oficial.

Além do Regulamento, ressaltamos que também foram anexadas as ações já praticadas pelo IGH em suas unidades, com o objetivo de realizar a Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas.

Por fim, salientamos que, em avaliações realizadas pela Comissão em certames anteriores, bastante similares, principalmente neste ponto em questão, obtivemos a nota 2,5, o que demonstra a conformidade dos documentos apresentados, validada pela comissão do certame do HEJA.

3.1.2. Item: Registro de Controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças).

A comissão informa que o item em questão não foi identificado na proposta. No entanto, ressaltamos que, de acordo com o índice, o referido item consta no Anexo 8 – Regulamento para Controle de Jornada, nas páginas 3193 a 3203 da proposta do IGH, onde foram incluídos modelos de escalas utilizadas pelo IGH em suas unidades.

Adicionalmente, enfatizamos que, em avaliações anteriores realizadas pela comissão em certames semelhantes, especialmente neste ponto específico, obtivemos a pontuação máxima de 1,0. Isso demonstra a plena conformidade dos documentos apresentados, conforme validado pela comissão do certame do HEJA.

3.2. QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA DO IGH - HEMU:

3.2.1. Item: Proposta para estabelecimento de Normas para seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular a produção.

A comissão informa que o item em questão não foi localizado na proposta. No entanto, ressaltamos que, conforme o índice, o referido item consta no Anexo 7 – Regulamento de Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento, presente nas páginas 3437 a 3476 da Proposta do IGH.

Ademais, destacamos que, neste item, foi incluído o Regulamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal do IGH, aprovado pela SES e devidamente publicado no Diário Oficial.

Além do Regulamento, ressaltamos que também foram incluídas as ações já implementadas pelo IGH em suas unidades, visando à Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas.

Por fim, salientamos que, em avaliações realizadas pela Comissão em certames anteriores, bastante similares, especialmente neste ponto, obtivemos a nota 2,5, o que demonstra a conformidade dos documentos apresentados, validada pela comissão do certame do HEJA.

3.2.2. Item: Registro de Controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças).

A comissão informa que o item em questão não foi localizado na proposta. Contudo, ressaltamos que, conforme o índice, o referido item consta no Anexo 8 – Regulamento para Controle de Jornada, presente nas páginas 3477 a 3487 da Proposta do IGH, onde foram anexados modelos de escalas utilizadas pelo IGH em suas unidades.

Ressaltamos, ainda, que em avaliações realizadas pela Comissão em certames anteriores, bastante similares, principalmente neste ponto em questão, obtivemos a nota máxima no item, qual seja, 1,0, o que demonstra a total conformidade dos documentos apresentados, validada pela comissão do certame do HEJA.

3.3. QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ - HEMNSL:

3.3.1. Item: Apresentação de critérios para contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial.

O HMTJ não apresentou os requisitos técnicos necessários para a contratação dos serviços em unidades de saúde.

No que tange ao serviço de vigilância, não apresentou nenhum detalhamento acerca da execução do serviço, bem como critérios de controle e medição do serviço, limitando-se a apresentar uma lista de documentação exigida para a contratação em questão.

Ademais, o HMTJ omitiu a definição da quantidade de postos de trabalho para os serviços solicitados no edital.

3.3.2. Item: Apresentação do plano de cargos e salários

No presente item, verifica-se que a licitante apresentou a Política de Avaliação de Competências, documento este que deveria ter sido incluído em outro item, em flagrante descumprimento ao disposto no item 8.3.1 do edital, o qual exige a correta numeração e organização das documentações apresentadas.

Ademais, constata-se que a licitante não apresentou a Política de Progressão de Carreira, requisito essencial e cuja ausência resultou, na avaliação do IGH, na aplicação de descontos por motivo semelhante.

Por fim, observa-se que também não foi entregue o Manual de Cargos contendo as definições técnicas para a contratação de cada profissional, conforme exigido no edital, o que compromete a análise técnica e a adequação às condições impostas pelo certame.

3.3.3. Item: Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações.

No tocante ao item referente à apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações, verifica-se que a licitante apresentou um procedimento sistêmico a ser aplicado, no entanto, sem qualquer definição específica ou customização direcionada à unidade em questão.

Embora tenha sido apresentado o Plano de Desenvolvimento Humano, contendo as normativas relativas ao Desenvolvimento Individual e de Lideranças, observa-se a ausência de estratégias claras e objetivas que assegurem a concretização dos benefícios esperados com a

implementação das referidas normas. Tal lacuna compromete a efetividade e a aplicabilidade do projeto, evidenciando a necessidade de maior detalhamento e adequação às especificidades da unidade.

3.3.4. Item: Quanto a Qualificação Técnica - Estrutura e Experiência da Diretoria:

Quanto à qualificação técnica, estrutura e experiência da diretoria, consta no edital, página 15, item 3, que é exigida a **apresentação de um organograma da unidade, contendo a definição das competências de cada membro do corpo diretivo, atribuindo-se até 2 (dois) pontos por esse critério.**

Além disso, é requisitada a titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, com a devida comprovação documental de interesse dos titulares. Para esse critério, cada profissional poderá obter até 0,5 (meio) ponto, totalizando até 4,0 (quatro) pontos, o que pressupõe a apresentação dos títulos de, no mínimo, 8 (oito) membros que comporão a diretoria/gerência da unidade para obtenção da pontuação máxima.

Ademais, para comprovar a experiência da diretoria, exige-se no edital a experiência mínima de 1 (um) ano no gerenciamento ou direção de unidade hospitalar por parte dos membros da diretoria ou gerência que atuarão na unidade, também com comprovação documental de interesse dos titulares. Neste critério, cada diretor ou gerente poderá obter até 0,5 (meio) ponto, atingindo um total de 3,0 (três) pontos caso seja comprovada a experiência de, pelo menos, 6 (seis) membros da diretoria ou gerência, vejamos:

3. Qualidade técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:

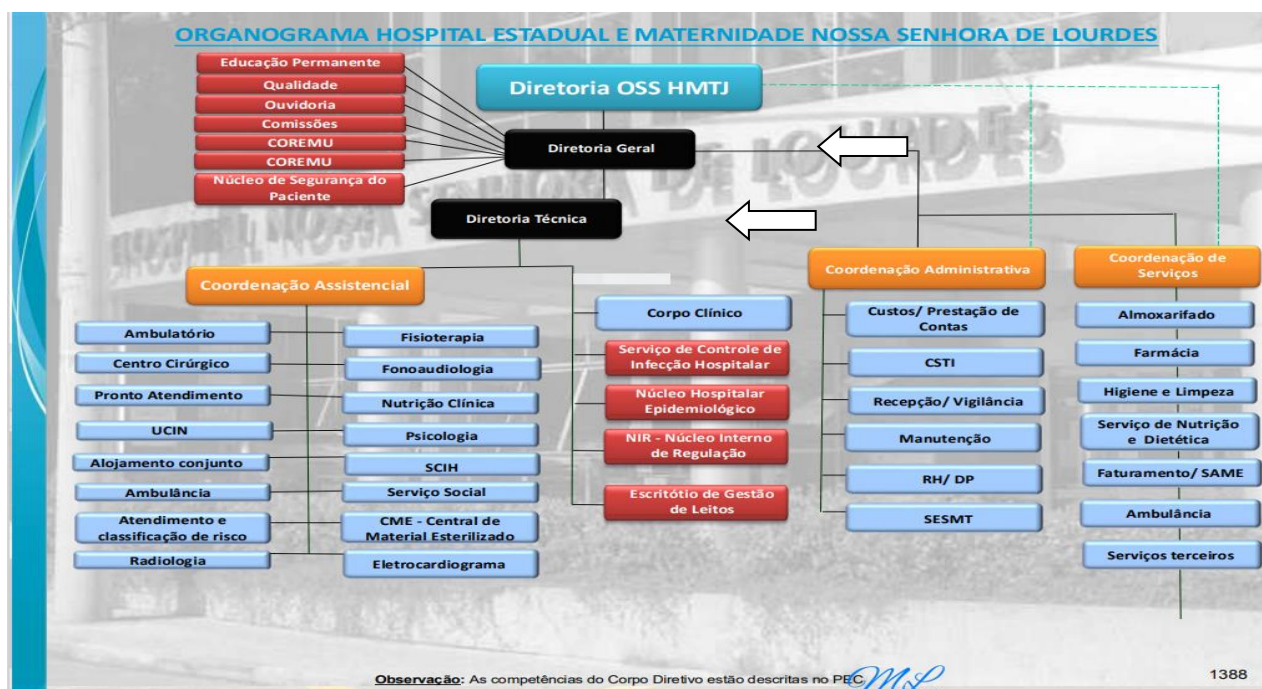
Pontuação 64

	Item unitário	
Experiência Anterior em Gestão Hospitalar da proponente	Experiência da Organização da Sociedade Civil na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos	5
	Experiência da Organização da Sociedade Civil na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos	4
	Experiência da Organização da Sociedade Civil na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos	3
	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO	4
	Certificado de Acreditação – ONA, Joint Commission International, Qmentum da Canadá Accreditation International obtidos pela unidade hospitalar durante a gestão da OSC proponente.	3
Estrutura e experiência da Diretoria	Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo	2
	Titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, com documento comprobatório de interesse do titular (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto)	4
	Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (direção) de Unidade Hospitalar da diretoria ou gerência que atuará na unidade com documento comprobatório de interesse do titular (cada Diretor ou gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto)	4
	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho.	2

https://sei.go.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imp...2d2791129ed465da01146802e8c6a4c746ca2a5dead4f1cdc3a109fe814

Página 15 de 111

Dessa forma, o edital é claro ao exigir a comprovação de especialização e experiência do corpo diretivo, assim como a apresentação de organograma da unidade com as competências de cada membro devidamente especificadas. Contudo, o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), na página 1388 de sua documentação, apresentou o organograma descrevendo as competências dos membros que atuarão no Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL), no qual constam apenas duas diretorias: Diretoria Geral e Diretoria Técnica. Não foram indicadas outras diretorias, tampouco há menção à função de gerente na estrutura da unidade, em evidente descumprimento do que é exigido no edital, conforme se verifica a seguir:



Dessa forma, constata-se que o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) poderia pontuar apenas com dois especialistas e com dois atestados de experiência dos profissionais, considerando que, conforme apresentado em seu organograma, há apenas duas diretorias previstas: Diretoria Geral e Diretoria Técnica. Os demais profissionais não poderiam ser computados para obtenção de pontos, pois não há previsão de outras diretorias ou gerências na estrutura apresentada.

Apesar dessa evidente limitação estrutural, foi atribuída, de forma equivocada, a nota máxima de 4,0 pontos para o requisito de titulação na proposta relativa ao Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL).

Adicionalmente, observa-se que o organograma apresentado está incompleto, não contendo a distribuição das demais diretorias ou gerências exigidas pelo edital. Ainda assim, foi atribuído à Organização Social a nota máxima de 2,0 pontos, contrariando as normas e critérios estabelecidos.

Por todo o exposto, é imperativa a retificação da nota atribuída ao Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), considerando as irregularidades evidenciadas acima. Faz-se necessário observar que o proponente não cumpriu os requisitos objetivos previstos no edital, especialmente no que tange à pontuação relativa aos documentos apresentados pelos membros da diretoria e gerência, os quais deveriam constar no organograma devidamente estruturado e completo.

3.3.5. Da titulação de especialistas em administração hospitalar dos membros da diretoria e gerência.

3.3.5.1. Ausência de Verso e Registro em Quatro Títulos Apresentados:

Constatou-se que a empresa Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) apresentou 8 (oito) títulos de profissionais com o objetivo de alcançar a pontuação máxima. Contudo, verificou-se que 4 (quatro) desses títulos foram entregues de maneira incompleta, sem a apresentação do verso, o qual geralmente contém informações indispensáveis, como o registro junto ao órgão competente e a validação oficial do documento. Os títulos considerados irregulares estão identificados da seguinte forma:

- Caroline Ferreira Pereira (pág. 1684);
- Leandro Bonoto Marchito (pág. 1695);

- Jefferson Luiz da Silva Mendonça (pág. 1698);
- Kleiton Oliveira Vianelo (pág. 1691).

Em contrapartida, os documentos apresentados por outros profissionais da mesma empresa seguem o padrão adequado, com frente e verso, garantindo a completude necessária, a saber:

- Mariana Magalhães Barbosa Leite (pág. 1677/1678);
- Felipe de Souza Rosa (pág. 1687/1688);
- Andreia Monteiro Baptista de Andrade (1701/1702).

A ausência do verso dos títulos apresentados compromete a comprovação de autenticidade e validade dos documentos, especialmente em um processo que exige o mais alto rigor documental, dada a importância da atividade de gestão hospitalar. Tal ausência inviabiliza a consulta ao registro do certificado de pós-graduação e a respectiva autenticação oficial pela instituição de ensino responsável.

Conforme amplamente respaldado pela legislação e jurisprudência aplicáveis a processos licitatórios e chamamentos públicos, é imprescindível que os documentos apresentados sejam completos e autênticos, de modo a assegurar os princípios da isonomia, transparência e vinculação ao edital.

Nesse sentido, destaca-se o Acórdão TCU nº 2.611/2015, que estabelece que os documentos exigidos em processos de seleção pública devem ser entregues de maneira completa e em conformidade com os parâmetros previstos no edital, sob pena de inabilitação.

Adicionalmente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no RMS 23.402/DF, Rel. Min. Denise Arruda, 2008, determina que "a apresentação de documentos incompletos, ainda que em parte atendam ao requisito, não supre a exigência editalícia quando a integralidade do conteúdo for indispensável à validação".

Portanto, resta evidente a necessidade de revisão pela comissão quanto à nota atribuída à entidade. Isso se justifica pelo descumprimento do edital ao apresentar títulos incompletos, sem atender às exigências documentais estabelecidas, comprometendo a análise técnica e a transparência do processo.

3.3.5.2. Apresentação de Declaração de Conclusão ao Invés do Título:

No caso da profissional **Carla Machado dos Santos** (pág. 1681), foi apresentada apenas uma declaração de conclusão de curso, em substituição ao título propriamente dito. Tal substituição não pode ser admitida, pois contraria as exigências de comprovação estabelecidas no edital, que requerem o certificado formal como prova documental válida. A declaração de conclusão de curso não possui força probatória equivalente, carecendo da autenticidade e da validade necessárias para atender aos parâmetros editalícios.

Ademais, a aceitação de documentos incompletos ou substitutivos, não previstos no edital, compromete o princípio da igualdade entre os participantes, ao permitir a flexibilização de requisitos essenciais para uma das partes. Tal prática é incompatível com os princípios da legalidade e da segurança jurídica, que constituem fundamentos indispensáveis aos processos administrativos de natureza pública.

3.3.5.3. Apresentação de título *stricto sensu* na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular.

No que diz respeito à apresentação de título *stricto sensu* na área de gestão em saúde, exigido para os profissionais indicados à gestão da unidade, verifica-se que, em nome do profissional Thiago Cardoso Vale, foi apresentado um certificado de doutorado. Contudo, o referido documento refere-se à especialização em Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto, e não especificamente à gestão em saúde, como exigido pelo edital.

Dessa forma, o certificado apresentado não atende aos requisitos estabelecidos e deve ser desconsiderado para fins de pontuação, conforme se verifica nas páginas 2429/2430 da documentação submetida.

3.3.6. Item: Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (Direção) de unidade hospitalar da Diretoria ou Gerência que atuará na unidade com documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou Gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto).

Foi apresentada uma declaração de interesse em nome da profissional Gláucia Aparecida Pinto Siqueira (pág. 1719), na qual a mesma manifesta interesse em atuar na equipe de gerência (direção) do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – HEMNSL. Contudo, na página 1730, consta o contrato de prestação de serviços que identifica a referida profissional como Diretora Geral da unidade do Hospital de Jaraguá.

Tal situação evidencia a impossibilidade de exercer a função de Diretora Geral em duas unidades distintas simultaneamente. Portanto, o atestado e a declaração de interesse apresentada devem ser desconsiderados para fins de pontuação, em conformidade com os critérios e exigências estabelecidos no edital.

3.3.7. Quanto a proposta financeira (custo de pessoal acima dos 70% permitido no edital)

Consta na página 99, item 11.7 do instrumento convocatório a seguinte exigência:

11.7. O PARCEIRO PRIVADO poderá utilizar, de acordo com o Anexo Técnico, no máximo 70% (setenta por cento) dos recursos públicos que lhe forem repassados com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, inclusive os percebidos pela Diretoria, empregados. (Grifo nosso)

O item 11.7 do instrumento convocatório estabelece, de forma clara e objetiva, que o parceiro privado poderá utilizar, no máximo, 70% (setenta por cento) dos recursos públicos recebidos para despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, incluindo aquelas destinadas à diretoria e empregados.

Contudo, ao compulsar os autos, verifica-se que o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) ultrapassou o percentual de 70% (setenta por cento) nas despesas relativas à remuneração de pessoal na proposta do HEMNSL, em descumprimento ao item 11.7 do edital, vejamos:

Orçamento Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL		
PESSOAL	MÊS 01	TOTAL 36 MESES
Salários	725.898,32	26.132.339,43
Benefícios	8.342,13	300.316,82
Férias, 13º Salário, Encargos e Contribuições	209.893,50	7.556.165,94
Verbas Rescisórias - Provisões	89.525,04	3.222.901,42
Serviços Médico - PJ	920.681,60	33.144.537,60
TOTAL	1.954.340,59	70.356.261,21
MATERIAIS	MÊS 01	TOTAL 36 MESES
Drogas e Medicamentos	41.887,28	1.507.942,23
Materiais de Consumo Hospitalar	46.534,26	1.675.233,20
Dietas Enterais e Parenterais	11.258,02	405.288,80
Material de Limpeza	8.145,45	293.236,13
Material de Expediente	7.909,47	284.740,90
Material de Informática	1.898,27	68.337,82
Material de Manutenção	8.703,65	313.331,28
Roupas Profissionais e Epi	6.928,70	249.433,02
Combustíveis e Lubrificantes	839,13	30.208,73
Enxoval	1.934,73	69.650,36
Bens de Pequeno Valor Deduzidos	1.265,52	45.558,54
TOTAL	137.304,47	4.942.961,00
GERAIS	MÊS 01	TOTAL 36 MESES
Serviços - Manutenção Predial	11.516,19	414.582,74
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	20.387,45	733.948,13
Segurança Patrimonial	16.451,70	592.261,06
Serviços - Manutenção Equipamentos em Geral	1.265,52	45.558,54
Manutenção de Máq. e Equip. Hospitalares	11.389,64	410.026,89
Serviços - Manutenção Equipamentos de Informática	2.720,86	97.950,87
Serviços Laboratoriais	38.089,47	1.371.221,04
Locação de Equipamentos/Veículos/Ambulância	36.763,21	1.323.475,69
Locação de Equipamentos de Informática	8.225,85	296.130,53
Gases Medicinais	15.629,11	562.648,01
Serviços de Limpeza e Higienização	506,21	18.223,42
Serviços de Coleta de Resíduos Hospitalares	8.542,23	307.520,17
Assessoria em Programas de Qualidade	5.125,34	184.512,10
Serviços de Esterilização	7.593,09	273.351,26
Serviços de Lavanderia	41.129,24	1.480.652,66
Licenças de Software	103.519,13	3.726.688,85
Serviços Especializados	1.898,27	68.337,82

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código: FCO-029-935-940.

Orçamento Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL		
Divulgação Institucional	1.898,27	68.337,82
Alimentação	99.724,75	3.590.090,86
Central de Distribuição	3.163,79	113.896,36
Despesas Postais	126,55	4.555,85
Rateio	77.357,53	2.784.871,12
TOTAL	513.023,38	18.468.841,79
INDIRETOS	MÊS 01	TOTAL 36 MESES
Água Ind.	6.960,33	250.571,99
Energia Elétrica Ind.	31.637,88	1.138.963,58
Internet	3.923,10	141.231,48
Telefone	2.847,41	102.506,72
TOTAL	45.368,72	1.633.273,78
TOTAL GERAL	2.650.037,16	95.401.337,78

Juiz de Fora/MG, 14 de Janeiro de 2025

Benedito Zumiro Ladeira Jendiroba
Diretor Financeiro
Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus

Marco Antônio Guimarães de Almeida
CPF 485.399.966-34
Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus



Almeida e Benedito Zumiro Ladeira Jendiroba
br/443 e utilize o código: FCO-029-935-940.

Conforme demonstrado na Proposta Financeira do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL), o valor total da proposta apresentada pelo Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) foi de R\$2.650.037,16, sendo que 70% desse montante corresponderia a R\$1.855.026,012. No entanto, o custo de pessoal informado foi de R\$1.954.340,59, excedendo o limite estabelecido.

Tal irregularidade configura uma violação a uma regra objetiva e vinculante do edital, caracterizando motivo suficiente para a desclassificação do certame. Além disso, destaca-se que a análise das planilhas financeiras deve ser realizada de forma individualizada, considerando as especificidades de cada unidade envolvida no chamamento público, como preconizado no edital.

Essa individualização é essencial para garantir que o limite de 70% seja respeitado separadamente para cada unidade, em conformidade com os princípios da vinculação ao edital e da eficiência. Segundo Marçal Justen Filho, em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", a planilha de preços deve refletir a realidade de cada unidade ou serviço, observando as suas particularidades. A análise consolidada das planilhas compromete a precisão e a transparência do processo, violando também o princípio da isonomia, ao permitir vantagens indevidas.

O Acórdão TCU nº 2.611/2015 reforça que documentos e propostas apresentados em processos de seleção pública devem ser avaliados conforme critérios objetivos e específicos estabelecidos no edital, o que inclui a análise individualizada das planilhas financeiras para cada unidade.

Portanto, considerando que o edital exige o respeito ao limite de 70% de despesas de pessoal para cada unidade, a análise das planilhas financeiras deve ser feita de maneira independente, desconsiderando qualquer tentativa de soma ou consolidação de valores entre as unidades. Assim, garante-se o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência e isonomia que regem os processos administrativos.

3.4. QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ - HEMU:

3.4.1. Item: Apresentação de critérios para contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial.

No que se refere à apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial, observa-se que a licitante não apresentou requisitos técnicos indispensáveis à contratação dos serviços em unidades de saúde, conforme exigido pelo edital.

Em relação ao serviço de vigilância, verifica-se a ausência de detalhamento acerca da execução do serviço, bem como a definição de critérios para controle e medição. Foi apresentada, apenas, uma lista de documentações exigidas para a contratação, sem especificações técnicas relacionadas à prestação do serviço em conformidade com as necessidades previstas.

Adicionalmente, constatou-se que a licitante não indicou a quantidade de postos de trabalho a serem contratados para nenhum dos serviços mencionados, descumprindo, assim, um requisito essencial do edital. A ausência de tais informações prejudica a análise técnica e inviabiliza a avaliação da adequação da proposta às exigências e à realidade das unidades de saúde.

3.4.2. Item: Apresentação do plano de cargos e salários

No que tange ao item referente à apresentação do Plano de Cargos e Salários, verifica-se que a licitante apresentou a Política de Avaliação de Competências, documento que deveria ter sido incluído em outro item, em flagrante descumprimento ao disposto no item 8.3.1 do edital, o qual exige a correta numeração e organização das documentações apresentadas.

Além disso, observa-se que a licitante não apresentou a Política de Progressão de Carreira, requisito essencial ao atendimento das exigências editalícias e cuja ausência, na avaliação do IGH, resultou em descontos por motivo similar.

Adicionalmente, constatou-se que também não foi entregue o Manual de Cargos, contendo as definições técnicas necessárias para a contratação de cada profissional, conforme estabelecido no edital. A ausência desses documentos compromete a análise técnica e inviabiliza a avaliação da adequação da proposta aos critérios exigidos.

3.4.3. Item: Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações.

No que se refere à apresentação do projeto de desenvolvimento humano, observa-se que a licitante demonstrou apenas o procedimento sistêmico a ser aplicado, sem a devida definição ou customização específica para a unidade em questão.

Embora tenha apresentado o Plano de Desenvolvimento Humano, contendo as normativas relacionadas ao Desenvolvimento Individual e de Lideranças, a licitante não estabelece, de forma clara e objetiva, as estratégias necessárias à concretização dos benefícios previstos com a aplicação das referidas normas.

A ausência de tais definições compromete a aplicabilidade e a efetividade do projeto, dificultando a avaliação técnica da proposta e inviabilizando a aferição dos impactos positivos esperados para a unidade.

3.4.4. Item: Quanto a Qualificação Técnica - Estrutura e Experiência da Diretoria:

Conforme consta no edital, página 15, item 3, **é exigida a apresentação de um organograma da unidade, contendo a definição das competências de cada membro do corpo diretivo, com possibilidade de atribuição de até 2,0 pontos por este critério.**

Adicionalmente, o edital solicita a titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, mediante a apresentação de documentos comprobatórios de interesse dos titulares. Cada profissional poderá obter até 0,5 ponto, totalizando até 4,0 pontos para este critério. Para alcançar a pontuação máxima, é necessário comprovar a titulação de, no mínimo, 8 (oito) membros que integrarão a diretoria/gerência da unidade.

Quanto à experiência, o edital ainda requer comprovação mínima de 1 (um) ano de atuação em gerenciamento ou direção de unidade hospitalar por parte da diretoria ou gerência que atuará na unidade, também com documentos comprobatórios de interesse dos titulares. Cada diretor ou gerente

poderá obter até 0,5 ponto, totalizando até 3,0 pontos para este critério. Para atingir a pontuação máxima, é necessário apresentar comprovação da experiência de, no mínimo, 6 (seis) membros da diretoria/gerência, vejamos:

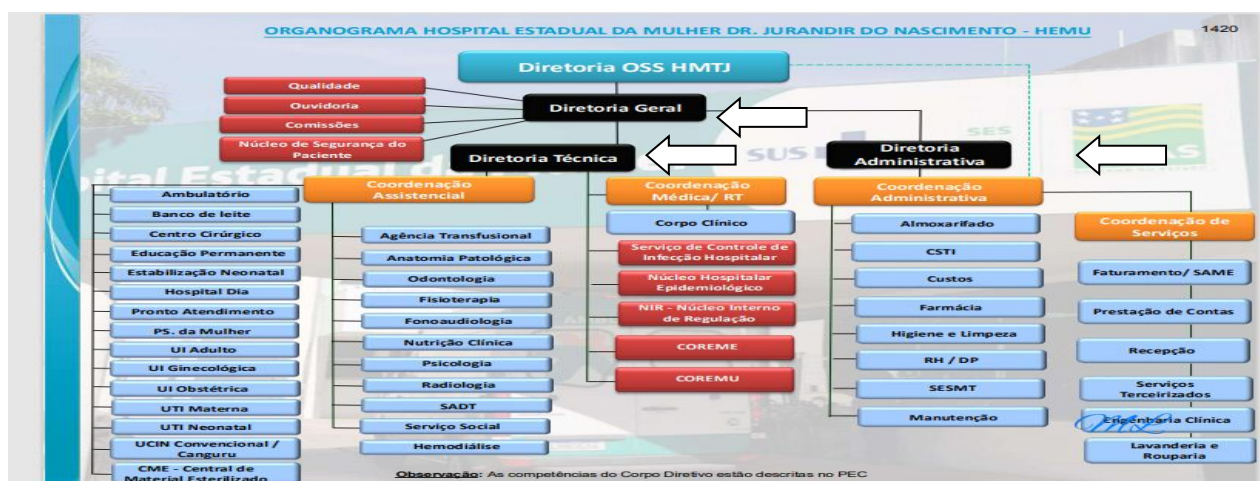
3. Qualidade técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação 61
Item	Item unitário	
Experiência Anterior em Gestão Hospitalar da proponente	Experiência da Organização da Sociedade Civil na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos	5
	Experiência da Organização da Sociedade Civil na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos	4
	Experiência da Organização da Sociedade Civil na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos	3
	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO	4
	Certificado de Acreditação – ONA, Joint Comission International, Qmentum da Canadá Accreditation International obtidos pela unidade hospitalar durante a gestão da OSC proponente.	3
	Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo	2
Estrutura e experiência da Diretoria	Titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, com documento comprobatório de interesse do titular (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto)	4
	Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (direção) de Unidade Hospitalar da diretoria ou gerência que atuará na unidade com documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto)	3
	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho.	2

https://sei.go.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imp...2d2791129ed465da01146802e8c6a4c746ca2a5dead4f1cdc3a109fe814

Página 15 de 111

O edital, portanto, é claro ao exigir a comprovação de especialização e experiência do corpo diretivo, assim como a apresentação de um organograma completo da unidade, especificando as competências de cada membro do corpo diretivo.

Contudo, ao analisar a documentação apresentada pelo Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) na página 1420, verifica-se que o organograma apresentado descreve as competências dos membros que atuarão no Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento (HEMU). No entanto, este organograma inclui apenas três diretorias: Diretoria Geral, Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa. Não foram mencionadas outras diretorias ou a função de gerente na estrutura da unidade, conforme se verifica a seguir:



Esse documento foi assinado por PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.wesign.com.br/validate/BJ4PV-NTUXA-S9F6E-YR8Z4>

Dessa forma, o HMTJ somente poderia pontuar com 3 (três) especialistas e 3 (três) atestados de experiência dos profissionais, pois apenas essas diretorias estão previstas no organograma apresentado. Os demais profissionais não poderiam ser computados para fins de pontuação, uma vez que não há previsão de outras diretorias ou gerências na estrutura apresentada. Apesar disso, foi atribuída, de forma equivocada, a pontuação máxima de 4,0 pontos para o requisito de titulação.

Além disso, o organograma apresentado está incompleto, não contemplando a distribuição das demais diretorias ou gerências, conforme exigido pelo edital. Ainda assim, foi atribuída à Organização Social a pontuação máxima de 2,0 pontos para este critério.

Diante do exposto, resta evidente que o HMTJ não atendeu integralmente às exigências objetivas previstas no edital. A pontuação atribuída ao referido proponente deve ser revista, considerando que os documentos comprobatórios apresentados não estão de acordo com os requisitos editalícios e que a estrutura completa do organograma também não foi devidamente apresentada.

3.4.5. Da titulação de especialistas em administração hospitalar dos membros da diretoria e gerência.

3.4.5.1. Ausência de Verso e Registro em Quatro Títulos Apresentados:

Constatou-se que a empresa Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HTMJ) apresentou 8 (oito) títulos de profissionais com o intuito de alcançar a pontuação máxima. Contudo, verifica-se que 4 (quatro) desses títulos foram entregues de maneira incompleta, sem a apresentação do verso, que normalmente contém informações essenciais, como o registro junto ao órgão competente e a validação oficial do documento. Os títulos irregulares estão identificados da seguinte forma:

- Caroline Ferreira Pereira (pág. 1767);
- Leandro Bonoto Marchito (pág. 1778);
- Jefferson Luiz da Silva Mendonça (pág. 1781);
- Kleiton Oliveira Vianelo (pág. 1774).

Por outro lado, os títulos apresentados por outros profissionais da mesma empresa seguem o padrão exigido, contendo frente e verso, a saber:

- Mariana Magalhães Barbosa Leite (pág. 1760/1761);
- Felipe de Souza Rosa (pág. 1770/1771);
- Andreia Monteiro Baptista de Andrade (1784/1785)

A ausência do verso dos títulos apresentados compromete a autenticidade e a validade dos documentos, especialmente em um processo que exige rigor documental, dada a relevância das atividades de gestão hospitalar. No caso em tela, não há como realizar a consulta do registro do certificado de pós-graduação para autenticação oficial junto à instituição de ensino responsável, o que inviabiliza a comprovação de sua validade.

Conforme amplamente estabelecido na legislação e jurisprudência aplicáveis a processos licitatórios e chamamentos públicos, os documentos apresentados devem ser completos e autênticos, em observância aos princípios da isonomia, transparência e vinculação ao edital.

Nesse sentido, destaca-se o Acórdão TCU nº 2.611/2015, que determina que documentos exigidos em processos de seleção pública devem ser apresentados de forma completa e dentro dos parâmetros definidos pelo edital, sob pena de inabilitação da proposta.

Adicionalmente, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no RMS 23.402/DF, Rel. Min. Denise Arruda, 2008, assevera que "a apresentação de documentos incompletos, ainda que em parte atendam ao requisito, não supre a exigência editalícia quando a integralidade do conteúdo for indispensável à validação".

Diante do exposto, resta evidente que o item em questão demanda revisão por parte da comissão responsável, considerando que a entidade deixou de atender às disposições estabelecidas no edital ao apresentar títulos incompletos. Tal irregularidade compromete a análise técnica e a atribuição correta da pontuação, devendo ser considerada para fins de adequação ao edital.

3.4.5.2. Apresentação de Declaração de Conclusão ao Invés do Título:

Constatou-se que, para a profissional **Carla Machado dos Santos** (pág. 1764), foi apresentada apenas uma declaração de conclusão de curso, em substituição ao título formal exigido. Tal substituição não deve ser admitida, pois contraria os critérios de comprovação estabelecidos no edital, que requerem a apresentação do certificado formal como documento válido.

A declaração de conclusão de curso não possui força probatória equivalente ao título formal, pois carece das informações indispensáveis à validação, como autenticidade e registro junto às instituições competentes. Assim, tal documento não satisfaz os requisitos previstos no edital, que visam garantir rigor e igualdade na avaliação das propostas apresentadas.

Ademais, a aceitação de títulos incompletos ou substitutivos que não estejam previstos no edital configura violação ao princípio da isonomia entre os participantes. Tal prática permite que requisitos indispensáveis sejam flexibilizados para determinadas partes, prejudicando a competitividade e comprometendo a transparência do certame.

Ainda, tal conduta desrespeita os princípios da legalidade e da segurança jurídica, que regem os processos administrativos e asseguram que as regras editalícias sejam cumpridas de maneira rigorosa e uniforme para todos os concorrentes.

Dessa forma, resta evidente a necessidade de revisão da pontuação atribuída à licitante, uma vez que a utilização de uma declaração de conclusão de curso, em substituição ao título exigido, não atende às normas objetivas do edital e compromete a lisura do processo.

3.4.5.3. Apresentação de título *stricto sensu* na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular.

No que se refere à apresentação de título *stricto sensu* na área de gestão em saúde para os profissionais indicados à gestão da unidade, verificou-se que foi apresentado, em nome do profissional Thiago Cardoso Vale (pág. 2582/2583), um certificado de doutorado. Contudo, o documento em questão refere-se à especialização em Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto, área distinta da gestão em saúde, que é a exigida pelo edital.

Dessa forma, o título apresentado não atende aos critérios estabelecidos e deve ser desconsiderado para fins de pontuação. A exigência de títulos específicos em gestão em saúde é clara no edital, sendo indispensável para a adequada avaliação técnica das qualificações dos profissionais indicados à função.

3.4.6. Item: Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (Direção) de unidade hospitalar da Diretoria ou Gerência que atuará na unidade com documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou Gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto).

Foi apresentado, em nome do profissional Marco Antônio Guimarães de Almeida, um atestado referente à sua atuação como Diretor Presidente do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), com o objetivo de comprovar experiência em gestão de unidade hospitalar.

Contudo, de acordo com a ata de assembleia extraordinária realizada em 30 de abril de 2024 do HMTJ, anexada abaixo, o referido profissional exerce a função de Diretor Presidente da entidade. O atestado emitido pela Secretaria de Saúde de Juiz de Fora comprova, exclusivamente, sua condição de membro do corpo diretivo da entidade sem fins lucrativos, não sendo suficiente para atestar experiência em gestão ou gerenciamento de unidade hospitalar.

HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o nº 532, livro A-1
CNPJ nº 21.583.042/0001-72

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024
No dia 30 de abril de 2024 (30/04/2024), às 8h30 em segunda convocação, em sua sede social na Rua Dr. Dirceu de Andrade nº 33, contando com associados que assinaram a lista de presença, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus. Inicialmente o associado Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida informou que o Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Mariano Soares de Moraes, se encontra em viagem e não poderá presidir assembleia. Dessa forma, em virtude da ausência do presidente, amparado pelo art. 17 c/c 22 do Estatuto Social, o Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida, abriu votação para eleger um presidente interino para presidir a AGE. Após discussão entre os presentes, foi indicado e eleito por unanimidade para presidir a presente Assembleia Geral Extraordinária o associado Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida. Abertos os trabalhos, o Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida indicou o Dr. Iomar Pinheiro Cangussu para secretariá-lo, informou aos presentes que a presente AGE foi convocada mediante a publicação de edital afixado no quadro de avisos na sede da entidade. Informou ainda a ordem do dia: "(1) Eleição de membros para composição do Conselho de Administração, (2) Eleição do Presidente do Conselho de Administração (3) Eleição de membros para composição da Diretoria Executiva

Dando continuidade, o Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida tomou a palavra e informou aos presentes que o vencimento do mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva ocorre no dia de hoje, 30/04/2024. O Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida informou acerca da importância desse momento para a entidade, pois os novos conselheiros contribuirão para orientação das atividades do HMTJ, ditando as normas e diretrizes e mantendo sua missão de prestar assistência à saúde com excelência e garantindo a continuidade dos valores de ética, qualidade, humanização e inovação.

Em sequência, questionados sobre o desejo de se candidatarem aos cargos respectivos, os associados presentes narraram acerca da impossibilidade de assumir o desafio de compor o Conselho de Administração do HMTJ, em virtude dos compromissos pessoais já assumidos por cada um deles, o que impediria o desempenho das funções a contento. Dessa forma, visando a não interrupção das atividades da entidade, e diante da ausência de candidatos para compor o Conselho de Administração do HMTJ, o Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida propôs a reeleição dos atuais membros, caso estejam dispostos a continuar seus trabalhos. O Sr. Marco Antônio Guimarães de Almeida destacou a importância de garantir a continuidade das operações da entidade mesmo diante da falta de candidatos para compor o Conselho de Administração. Após discussão sobre as possíveis soluções e considerando a urgência da situação, os associados presentes concordaram em reeleger os membros atuais do Conselho de Administração para que a entidade não interrompa as suas atividades. Todos os membros atuais do Conselho de Administração manifestaram sua disposição para a reeleição:

**REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS
E DAS PESSOAS JURÍDICAS**
Ofício: Dr. Luiz Roberto de Oliveira
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves
Rua Halford, 881 Salas 1505 e 1506 - Centro

Pág. 1

Scanned with CamScanner

4. QUANTO A ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ –PARA AMBAS AS UNIDADES (HEMNSL E HEMU):

Após a análise das graves deficiências presentes na documentação apresentada pelo Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), **resta evidente que a instituição descumpriu disposições claras e objetivas do edital, ao utilizar a mesma equipe técnica para ambas as unidades (HEMNSL e HEMU), a saber, Carla Machado dos Santos, Caroline Ferreira Pereira, Leandro Bonoto Marchito, Jefferson Luiz da Silva Mendonça, Kleiton Oliveira Vianelo, Mariana Magalhães Barbosa Leite, Felipe de Souza Rosa, Andreia Monteiro Baptista de Andrade e Thiago Cardoso Vale.**

Tal prática contradiz frontalmente as exigências editalícias que determinam a apresentação de equipes distintas para cada unidade, tendo em vista que os mesmos profissionais não podem atuar simultaneamente em ambos os hospitais.

A própria comissão organizadora, por meio de resposta de pedido de esclarecimento publicada no site da SES/GO, deixou explícito que seria obrigatória a apresentação de equipes técnicas diferentes para cada unidade, reforçando o caráter vinculante desta exigência, conforme o seguinte:


RESPOSTA
(ENCAMINHADO DE MODO INTEMPESTIVO)


QUESTIONAMENTO: [...] Como se vê, de acordo com o esclarecimento apresentado, as Organizações da Sociedade Civil deverão apresentar 2 (duas) propostas, apesar de tratar-se apenas de um edital. Por esse motivo, questiona-se como serão realizados os procedimentos referentes às pontuações, a forma de apresentação da sequência numérica de volumes, bem como se as documentações comprobatórias exigidas também deverão ser apresentadas em duplicidade.

RESPOSTA: A apresentação numérica pode se dar da página 1 em diante na proposta do HEMU e do mesmo modo (de 1 em diante) na proposta do HEMNSL. As documentações comprobatórias não precisam ser apresentadas em duplicidade, podendo compor um anexo único para as duas propostas, caso queiram. Apenas lembramos que as pessoas listadas como indicadas para diretorias no item correspondente na matriz não devem ser as mesmas, haja vista a impossibilidade de atuarem nas duas unidades concomitantemente. Por fim as propostas serão avaliadas de modo individual (cada uma na sua matriz) e ao fim será calculada a média geral entre as duas.





Resposta 66125808 SEI 202300010023460 / pg. 1

 Documento assinado eletronicamente por **LAYANY RAMALHO LOPES SILVA, Presidente**, em 15/10/2024, às 08:03, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66125808** e o código CRC **6EB396A8**.

COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS
DE SAÚDE
NAO CADASTRADO, NAO CADASTRADO - Bairro NAO
CADASTRADO - GOIANIA - GO - CEP 74000-000 - .

 Referência: Processo
nº 202300010023460

 SEI 66125808

Dessa forma, ao permitir que o HMTJ apresentasse uma única equipe técnica para ambas as unidades sem realizar os devidos descontos na pontuação, a comissão corre o risco de incorrer em grave falha administrativa, com repercussões jurídicas e responsabilidade direta pelo descumprimento dos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital que regem os processos públicos de seleção.

Ademais, ao não corrigir a pontuação atribuída ao HMTJ, a comissão potencialmente valida irregularidades que comprometem o equilíbrio e a transparência do certame, além de abrir precedentes para questionamentos administrativos e judiciais. Não realizar a reforma da pontuação significa flexibilizar critérios objetivos em favor de um participante, o que é inaceitável em processos regidos pela impessoalidade e transparência.

Esse documento foi assinado por PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.wesign.com.br/validate/BJ4PV-NTUXA-S9F6E-YR8Z4>

Portanto, torna-se imperativa a revisão integral da pontuação atribuída ao HMTJ, garantindo o cumprimento das disposições editalícias e a proteção da própria comissão contra responsabilidades decorrentes de falhas administrativas. Ignorar tais irregularidades não só compromete a lisura do certame, como coloca em risco a credibilidade de toda a seleção pública.

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta evidente que a comissão interna, data maxima venia, atribuiu notas em diversos itens com base em critérios não previstos objetiva e expressamente no edital do chamamento público em questão, exigindo, em determinados casos, elementos que extrapolam as especificações editalícias.

Observa-se também uma evidente desproporcionalidade na avaliação das notas atribuídas às entidades participantes, o que compromete o princípio da isonomia entre os concorrentes, além de ferir os princípios da transparência e da vinculação ao edital. Tal situação sugere que as análises não foram realizadas de forma unânime e conjunta pelos membros da comissão, mas sim por interlocutores com entendimentos divergentes quanto ao que se esperava encontrar nas propostas apresentadas e nos critérios para atribuição de pontuações.

Importante destacar que essa conduta viola princípios fundamentais da Administração Pública, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal, notadamente os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e transparência. Além disso, compromete a segurança jurídica e a confiança no processo administrativo como ferramenta de seleção equitativa.

O *fumus boni juris* está demonstrado pelas irregularidades detalhadamente expostas, evidenciando a afronta aos critérios objetivos previstos no edital. Já o *periculum in mora* encontra respaldo no fato de que a manutenção de tais pontuações equivocadas prejudica de forma irreparável a lisura do certame, além de possibilitar a eventual escolha de uma proposta técnica inadequada para o objeto do chamamento público, gerando danos à coletividade e à Administração.

Cumpre destacar que, no exercício de seu poder de autotutela, a Administração Pública possui a prerrogativa – e o dever – de revisar seus próprios atos, anulando aqueles que estejam eivados de vícios que os tornem ilegais, em conformidade com a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Ademais, a omissão ou a recusa em revisar a pontuação atribuída à luz das irregularidades apontadas poderá acarretar consequências jurídicas para a própria comissão, ante a possibilidade de responsabilização administrativa e judicial por ato ilegal ou omissivo que venha a resultar em prejuízos aos administrados e à coletividade. O princípio da autotutela impõe à Administração Pública o dever de corrigir tais falhas, de modo a assegurar a estrita legalidade e preservar os interesses públicos envolvidos.

Requer-se, portanto, a imediata revisão da pontuação atribuída, de forma a garantir a observância rigorosa das disposições editalícias, com vistas a restabelecer o princípio da isonomia entre os participantes e a transparência do certame. A revisão não apenas assegurará a legalidade e a justiça do processo, como também resguardará a comissão contra eventuais questionamentos futuros, seja no âmbito administrativo ou judicial.

Assim, diante do inequívoco vício de legalidade constatado, espera-se que esta Comissão Interna não apenas corrija os equívocos apontados, mas o faça em tempo hábil, garantindo a plena regularidade do certame e evitando que a inércia ou eventual resistência possam ser interpretadas como afronta aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

6. DOS PEDIDOS

Ante aos fatos narrados e as razões de fato e de direito acima aduzidas e confiando nos trabalhos dessa I. Comissão, que uma vez alertada quanto aos equívocos apontados não se quedará inerte, espera e confia este Recorrente sejam acolhidas as presentes razões, onde requer:

- 1) Com base no princípio da autotutela, requer-se que a douta comissão interna realize a retificação da nota técnica do INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, adequando-a aos ditames objetivos estabelecidos no edital, com base nos fundamentos trazidos nesta peça recursal;
- 2) Seja declarada a Desclassificação da entidade HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ, por descumprimento do item 11.7 do edital (ultrapassou o percentual de 70% (setenta por cento) nas despesas relativas à remuneração de pessoal na proposta do HEMNSL);
- 3) Seja retificado a nota técnica atribuída a HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ, com base nos fundamentos acima expostos;
- 4) Caso a comissão entenda pela improcedência total ou parcial do presente recurso, requer a remessa do mesmo para análise da autoridade superior, como recurso hierárquico, bem como para análise da Procuradoria Jurídica.

Termos em que, pede deferimento.

Salvador - BA, 28 de março 2025.

Assinado digitalmente por:
PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA
CPF: ***.877.675-**
Certificado emitido por AC CNDL RFB v3
Data: 28/03/2025 23:56:25 -03:00



Priscila Oliveira de Almeida Souza
Gerente de Licitações- IGH



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: BJ4PV-NTUXA-S9F6E-YR8Z4

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA (CPF ***.877.675-**) em 28/03/2025
23:56 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/BJ4PV-NTUXA-S9F6E-YR8Z4>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>